



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2014

JORNAL DA CIDADE

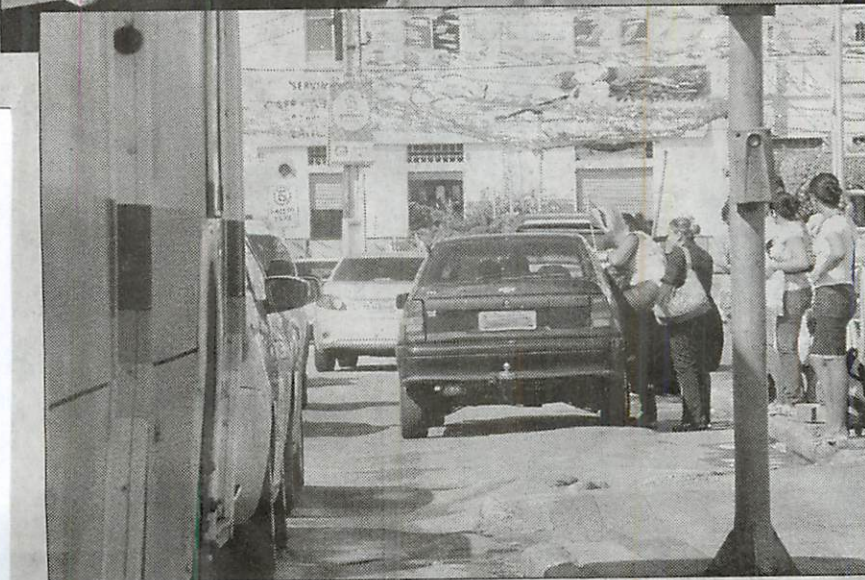
MP realiza audiências para combater transporte ilegal

Tentativa é reativar roteiro pré-estabelecido para circulação dos lotações

Fotos: André Moreira

Gabriele Frades
DA EQUIPE JC

Em mais uma tentativa de organizar e viabilizar o trabalho dos taxistas aracajuanos, o Ministério Público Estadual (MPE) realizará uma série de audiências públicas entre os representantes da categoria nos municípios de São Cristóvão, Barra dos Coqueiros e Nossa Senhora do Socorro. O objetivo será firmar um acordo para combater a atividade ilegal de transporte de passageiros pelo serviço de táxi, na região metropolitana e dentro da capital. Para isso, o MPE irá reativar o procedimento firmado em 2003, que determina um roteiro pré-estabelecido para circulação dos lotações dentro da capital, bem como a intensificação das fiscalizações por parte dos órgãos competentes dentro e fora dos limites municipais.



AUDIÊNCIAS
Públicas do MP vão contribuir para firmar acordo para combater a atividade ilegal de transporte de passageiros pelo serviço de táxi na região metropolitana

De acordo como Gerson Ferreira da Silva, diretor vice-presidente do Sindicato dos **Taxistas (Syntax)**, a situação é dramática porque só quem tem sofrido com essa arbitrariedade são 2.080 táxis bandeiras de Aracaju. "O Syntax representa todos os taxistas do estado dentro dos seus direitos, mas hoje 90% da sobrevivência dos bandeiras da capital está comprometida com a invasão dos carros com placa cinza, que sequer são táxis. Além disso, precisamos enfrentar ainda a desunião da própria categoria que circula em regime de lotação na Grande Aracaju, mas deixa de trabalhar no percurso que cabe ao seu município para vir bandeirar em Aracaju. É preciso que haja respeito uns com os outros nos nossos direitos e deveres, mas já que está difícil esse entendimento, nada mais justo que as autoridades competentes intervenham", alega.

Segundo o representante da Copetal-Barra, José Alexandre Cruz, rodam em média 150 veículos todos os dias para Aracaju, originários da Barra, inviabilizando a fiscalização. "Inclusive da própria SMTT da capital. A duplicidade dos números plotados em táxis convencionais e lotação pela SMTT da Barra inviabiliza a aplicação de multas e apreensão, o que

provoca o estrangulamento do sistema. Onde deveriam rodar 100, estão circulando mais de 150 táxis e esses ainda realizam serviços de táxi nos bairros da capital", relata. A mesma realidade foi destacada pelo representante da cooperativa de São Cristóvão, José Roberto de Freitas. "Não há fiscalização da SMTT de São Cristóvão nesse sentido", garante.

O superintendente da SMTT Aracaju, Nelson Felipe, afirma que o acordo de cooperação firmado entre os municípios vem sendo cumprido pela administração da capital, mas que o órgão nada pode fazer se os municípios da Grande Aracaju não cooperarem. "Fechamos parcerias com esses municípios

onde fiscalizariamos depois da ponte da Barra e de Socorro, e depois da Universidade Federal. Estamos cumprindo o acordo, prova disso são os próprios taxistas, mas não posso garantir que isso seja feito pelos municípios. Não há leis que nos permitam fazer o que é necessário hoje, pois a que está em vigor é antiga e inócua. Não surte o efeito desejado. Talvez ela fosse eficiente há 20 anos, mas hoje com a quantidade e a necessidade de serviço, ela não é mais suficiente", acredita.

Ainda de acordo com o superintendente, o que há de se fazer é criar uma lei mais rígida e com punições mais duras para quem descumprir os acordos. "Esse tipo de atividade

deve ser desestimulada. Para isso, uma nova lei já foi enviada ao gabinete do prefeito e deve estar sendo enviada para Câmara de Vereadores em breve para votação. Essa nova lei endurecerá as penas para quem descumprir as normas. No entanto, esperamos também que os taxistas comecem a perceber que fazem parte do sistema e que precisam contribuir para podermos fazer um trabalho melhor pra a sociedade", finaliza Nelson Felipe. Todos os órgãos de fiscalização envolvidos no processo serão notificados e deverão comparecer, em data posterior, individualmente para as audiências que serão realizadas de forma conjunta para resolver o problema.